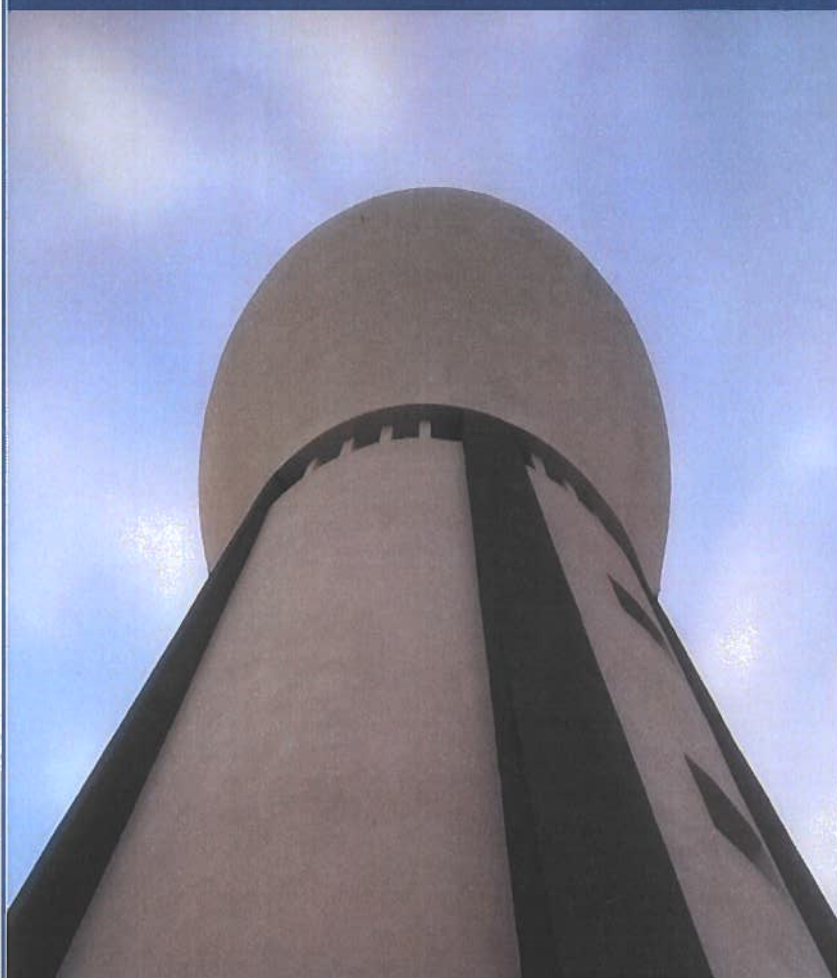


Relatório de Gestão e Contas 2023



ÁGUAS DE
ALENQUER



Índice

1. Síntese de Dados / Indicadores

2. Mensagem do Presidente

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

3.2 Estrutura Acionista

3.3 Órgãos Sociais

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

4.2 Visão

4.3 Valores

4.4 Objetivos Estratégicos

5. Síntese da actividade de 2023

5.1 Factos Relevantes

5.2 Envolvente Exterior

5.3 Estrutura Organizacional

5.4 Desempenho da Empresa

5.5 Análise Económica Financeira

6. Perspetivas para o Futuro

7. Considerações Finais

8. Outras Informações

9. Proposta de Aplicação de Resultados

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

10.2 Demonstração dos Resultados

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais Próprios

10.5 Anexo

11. Relatório e parecer do Fiscal Único

12. Certificação legal das contas



I. Síntese de Dados e Indicadores

I. Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros	2021	2022	2023
Capital Social (€)	1 500 000	1 500 000	1 500 000
Ativo Líquido Total (€)	20 699 279	19 455 316	18 341 224
Volume de Negócios (€)	8 356 582	8 399 535	8 645 283
Volume de Negócios / Cliente (€)	364	363	368
Resultado Antes de Impostos (€)	1 350 402	1 116 646	993 256
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 042 955	866 098	765 719
EBITDA (€)	2 329 523	2 145 726	2 083 473
Recursos Humanos	2021	2022	2023
Número de Colaboradores a 31/12	33	33	34
Colaboradores / 1000 clientes	1,44	1,43	1,45
Volume de Negócios / Colaborador	253 230	254 531	254 273
Comerciais	2021	2022	2023
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	22 945	23 141	23 472
Número de Clientes – Saneamento (un.)	19 566	19 707	19 990
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2 496 349	2 478 869	2 555 355
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1 897 865	1 936 159	2 011 702
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,116	0,144	0,142
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	25,6%	23,2%	22,5%
Técnicos	2021	2022	2023
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	3 277 080	3 226 815	3 262 725
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	116 183	43 599	73 500
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18 167	18 167	18 167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	14	14	14





2. Mensagem do Presidente

2. Mensagem do Presidente

O ano de 2023 encerra os primeiros 20 anos da parceria celebrada com o Município de Alenquer para a operação e gestão das redes públicas municipais de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Passadas estas duas décadas, a maturidade do projeto traz consigo novos desafios que terão de ser encarados de forma positiva e determinada, com vista à garantia da sustentabilidade futura da prestação deste serviço público essencial. Destacamos como principais desafios, o compromisso permanente com os clientes, a crescente e exigente preservação do recurso água num cenário agravado de escassez global, e a necessária sustentabilidade e renovação da infraestrutura municipal.

Estamos convictos que a competência e resiliência dos nossos colaboradores, com provas dadas ao longo do tempo, os passos dados na gestão e monitorização da rede sustentada no conhecimento e nas melhores técnicas, o comprometimento do Município e o apoio permanente dos acionistas, permitem continuar a encarar com otimismo este futuro próximo.

Sobre o ano de 2023, dois acontecimentos que merecem destaque:

- *O enquadramento geopolítico mundial que continua a pressionar a economia da Zona Euro e os principais fornecimentos e serviços incorporados na nossa atividade;*
- *A estabilização de um acordo de reequilíbrio parcial que mereceu parecer favorável da Entidade Reguladora do sector (ERSAR), confirmando que a minuta relativa ao 3.º Aditamento ao Contrato de Concessão, submetida à sua apreciação em dezembro de 2023, reúne condições para ser outorgada pelas partes.*

A celebração deste novo Aditamento ao Contrato de Concessão e a consequente regularização tarifária, aliadas à técnica e ao fator humano que nos caracteriza, irão potenciar a sustentabilidade e estabilidade necessárias para vencer os desafios que se avizinham.

Altino Barbosa da Conceição

Presidente do Conselho de Administração



3. Apresentação da Empresa



3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A., posição que foi integrada na Pragosa Ambiente, S.A. em 2018. A Pragosa Ambiente, S.A. renomeou a sua designação em 2020 para Ecolmpact, S.A..

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal a revisão do Plano de Investimentos e o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão inicial. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos contratualizado foi concluído no final de 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente. Ainda em 2008, foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela terceira vez nos três referenciais em março de 2017, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão. Em 2018 foi realizada a transição para os referenciais de 2015 das normas ISO 9001 e ISO 14001 e em 2020 concluiu o processo de transição da norma OHSAS 18001 para a NP EN ISO 45001:2019. No ano de 2023 iniciou-se um novo ciclo de certificação nos três referenciais referidos.

Em julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantem a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu no ano de 2013, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos principais indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada, em especial no sector industrial com a execução de origens alternativas de abastecimento de água (origens próprias) em detrimento do fornecimento através do sistema municipal de abastecimento de água. Esta quebra de consumos e consumidores restringiu o impacto das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se consecutivamente desde 2013, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido. Recorde-se que uma diminuição superior a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A., atual Water Value, Serviços Ambientais, S.A., regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que agrega num novo sistema multimunicipal oito dos sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e cria a entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs. a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabeleceu um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). Esse compromisso foi concretizado em março de 2020 com o arranque da adução ao reservatório de Vila Alta através do adutor da EPAL Torres-Vedras | Mafra. O Acordo alcançado previa ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço complementar acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cisão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento que passa a ser realizada com base nos proveitos garantidos durante o período de convergência tarifária. Este anúncio é concretizado com a publicação do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, que em cumprimento do Programa do Governo, cria o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e o novo sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto -Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, pedido esse atualizado em fevereiro de 2018, dezembro de 2019 e janeiro 2022, considerando os últimos dados disponíveis.

Apesar do esforço das Partes, não foi alcançado um acordo alargado relativamente a todos os eventos identificados, tendo sido alcançado um acordo de reequilíbrio parcial que deverá ser materializado num novo aditamento ao Contrato de Concessão. Os eventos englobados neste acordo estão relacionados com: a) Atualização tarifária entre 2017 e 2023; b) Estabelecimento da Concessão (por integração de novos loteamentos a pedido do Município); e c) Regularização do pagamento relativo ao atraso no arranque das

infraestruturas em alta na atividade de saneamento. Relativamente aos outros eventos, as Partes mantêm a sua posição sobre o desvio de caudais e acréscimo de custos derivados das incrustações de calcário.

Este acordo foi objeto de avaliação prévia por parte da ERSAR em julho 2023, tendo sido enviado pelas Partes para emissão de parecer no final de dezembro 2023 ¹. É nossa expectativa que o 3º Aditamento ao Contrato de Concessão seja celebrado e entre em vigor até ao final do primeiro semestre de 2024.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023
Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Ecolpact, S.A.	20,0000%
Water Value - Serviços Ambientais, S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

3.3 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.ª Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.ª Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

¹ A ERSAR emitiu parecer favorável à assinatura do 3º Aditamento ao Contrato de Concessão em fevereiro de 2024.

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Altino Barbosa da Conceição
Vogais: Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho
Dr. Marco Bruno Santos
Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,
representada por:
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva
Dr. Rui Abel Serra Martins (Suplente)



4. Missão e Posicionamento Estratégico

4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando os valores previstos na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes.

Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação em Qualidade, Ambiente e Segurança.



5. Síntese da Atividade 2023



5. Síntese da atividade de 2023

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2023 com implicação no negócio e na situação global da empresa, para além da não estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão:

- Situação de seca vivenciada em Portugal Continental, com fortes restrições na utilização das captações municipais e apelo à redução de consumo;
- Variabilidade do preço da energia, combustíveis e matérias-primas, cujo impacto ainda é potenciado por limitações no fornecimento de materiais;
- Instabilidade geopolítica num contexto de guerra na Europa e Médio-Oriente;
- Ligeiro crescimento do número de consumidores, mas, com uma redução generalizada dos consumos;
- Identificação de situações ilícitas de consumo, tendo obrigado à adoção de medidas extraordinárias de fiscalização e controlo dos locais de consumo;
- Potenciar de origens próprias, quer por utilizadores domésticos, quer por utilizadores não domésticos, apenas condicionada pelo abaixamento generalizados dos níveis freáticos;
- Redução do volume de água perdido apesar do contexto adverso de sustentabilidade infraestrutural dos sistemas municipais em exploração pela Água de Alenquer e do forte impacto causado pelas diferentes intervenções realizadas na rede em articulação com o Município e com a EPAL/AdVT;
- Agravamento dos problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede e um elevado número de avarias na rede;
- Renovação da certificação nos referenciais ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001;
- Prossecução do Plano de Gestão de Perdas e Energia (PENSA) que integra eficiência hídrica e energética, Plano de Gestão de caudais indevidos (GCI) e do Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- No âmbito do Plano de Redução de Perdas, reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no sistema FlowWise;
- Instabilidade das características da água fornecida para consumo humano na nova origem de água ao Reservatório de Vila Alta (EPAL | AdVT);
- Manutenção e renovação do sistema de telemetria em grandes clientes e principais áreas de rega;
- Estabilização do processo de revisão do Contrato de Concessão e consequente estabilização tarifária para 2024 em resultado do pedido reequilíbrio apresentado em fevereiro de 2016 (a ERSAR emitiu parecer favorável à assinatura do 3º Aditamento ao Contrato de Concessão em fevereiro de 2024).

5.2 Envolvente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

O ano de 2023 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia e pelo surgimento de um novo conflito no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com um elevado potencial de destabilização de maior impacto nos preços da energia e na confiança dos agentes económicos. A taxa de inflação abrandou na área do euro e nos EUA, após ter atingido, em 2022, um máximo histórico.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período na tabela).

	2021	2022	2023
Euribor 1M	-0,56%	-0,01%	3,17%
Euribor 3M	-0,55%	0,23%	3,35%
Euribor 6M	-0,52%	0,53%	3,56%
Euribor 12M	-0,49%	0,92%	3,85%

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresentou um desempenho favorável, mas em desaceleração. O PIB registou uma variação homóloga em termos reais de 2,1% (menos 4.7 p.p.), resultante quer da redução do contributo da procura interna quer no contributo das exportações, pelos efeitos cumulativos da inflação em níveis elevados e maior restritividade das condições de financiamento pela subida das taxas de juro.

No mercado de trabalho, verifica-se um aumento da taxa de desemprego em 0,4 p.p, verificando-se simultaneamente um aumento da população ativa.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), teve oscilações com tendência decrescente ao longo de 2023 situando-se em 4,3% no ano (7,8% em 2022).

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 5,3%, (redução de 2,8p.p. face ao ano de 2022).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE (ver tabela).

	2021	2022	2023
PIB	5,5%	6,8%	2,1%
IPC	1,3%	7,8%	4,3%
IHPC	0,9%	8,1%	5,3%
Desemprego	6,6%	5,9%	6,5%
Consumo Privado *	4,7%	5,9%	1,0%
Consumo Público *	4,6%	2,0%	1,1%
Exportações *	13,5%	17,4%	4,3%
Importações *	13,3%	11,1%	1,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base2012). *Dados a dezembro2023

5.2.2 Enquadramento do Setor 2023

Ao nível nacional, foi recentemente aprovado o PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2023, existem atualmente em Portugal 353 entidades gestoras, das quais 230 com atividade de abastecimento público de água, 225 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2023), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	3	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
	18	12	23

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023 | ano referência: 2022

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 222 entidades no abastecimento de água e 213 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,5 milhões de habitantes e 145 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 21 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 68 concelhos e as concessões municipais com cerca de 1,7 milhões de habitantes e 30 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,1 milhões de habitantes e 141 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados com 2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes, em 68 concelhos, as concessões municipais com 1,5 milhões de habitantes, em 22 concelhos e as parcerias Estado/municípios com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	25	22	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	29	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	19	18	8
Serviços Municipais	144	141	207
TOTAL	222	213	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023 | ano referência: 2022

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2023).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediantemente urbana	95%
Área predominantemente rural	93%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2023

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	98%
Área mediantemente urbana	89%
Área predominantemente rural	75%

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2023 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

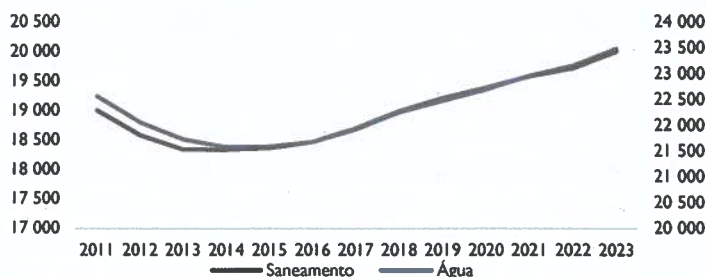
- Abastecimento de água - adesão ao serviço, reabilitação de condutas, utilização da infraestrutura de tratamento e produção própria de energia. Destaca também a água não faturada e as perdas reais de água.
- Saneamento de águas residuais - ocorrência de inundações, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, monitorização da condição de coletores, adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais e controlo de descargas de emergência e de tempestade.

Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2023, a média continental foi de 27,2%.

5.2.3 Enquadramento Comercial

Cientes de água e saneamento

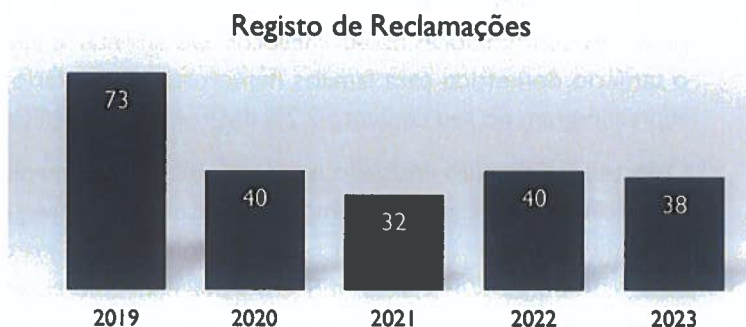
Apesar da situação socioeconómica verificada em 2023, continuou-se a verificar uma evolução crescente do número de clientes, totalizando no final do ano um máximo histórico de 23.472 clientes de AA e 19.990 clientes de AR.



A continuidade do crescimento do mercado da construção, a subida de preço do mercado imobiliário na região de Lisboa, o impulso verificado na reabilitação urbana dos núcleos históricos em conjunto com o crescimento da comunidade emigrante residente no concelho, contribuiram para a evolução positiva do número de cliente. Apesar desta variação promovida por fatores externos à Concessão, a distribuição relativa do número de clientes por freguesias não sofreu alterações, mantendo-se o maior peso relativo de clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado em detrimento das freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial. Salienta-se ainda a manutenção das ações de fiscalização e controle de lugares vagos e o reforço das ações de inspeção de locais de consumo fraudulento, dando assim continuidade às ações de promoção da adesão ao sistema público municipal de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar a manutenção do rácio de clientes de saneamento vs. clientes de água (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, procurou-se garantir um prazo médio de resposta a reclamações baixo (3,9 dias úteis de resposta). Relativamente a 2022 registou-se uma ligeira diminuição do número de reclamações, em alinhamento com o histórico (cerca de 60% das apresentadas foram indeferidas). A nível global regista-se um rácio de 1,6 reclamações por cada mil clientes.



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2021-2023.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2021	2022	2023
Consumo Médio Mensal - (m3/cliente/mês)	9,07	8,93	9,07
Fatura Média Mensal - (€)	29,79	29,51	30,01
Novos Contratos - (un.)	423	437	635
Baixas de Contratos - (un.)	156	241	304
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	89	107	99

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores, bem como a aplicação myAqua e a Loja Cliente. Em 2023 manteve-se uma crescente adesão ao débito direto e à fatura eletrónica, fortalecendo o peso relativo deste canal de envio da faturação emitida, situando-se nos 40,9% do total de faturas enviadas. Destacamos também em 2023 o forte desenvolvimento da aproximação aos utilizadores através dos canais não presenciais, sendo de destacar a plataforma GoContact de atendimento telefónico, e-mail e Webchat, bem como a disponibilização de meios alternativos de pagamento (MBway).

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2023, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,34 \times 10^6 \text{ m}^3$, superior ao volume entrado em 2022 ($+68,8 \times 10^3 \text{ m}^3$). Do volume entrado no sistema, $3,26 \times 10^6 \text{ m}^3$ foram adquiridos à Águas do Vale do Tejo e os restantes $76,9 \times 10^3 \text{ m}^3$ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira. De salientar as restrições impostas às captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer devido ao contexto de seca durante o ano de 2023.

O volume de água faturado em 2023 foi de aproximadamente $2,55 \times 10^6 \text{ m}^3$, registando-se uma ligeira subida de consumos no município de Alenquer. Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 70% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 11,5%, o comércio 32% e a indústria 38%. O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de menor rendimento, que representaram no seu conjunto 2,2% dos consumos verificados (variação de +26% face a 2022).

O forte investimento realizado na monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema ao sistema de abastecimento de água e a promoção permanente da pesquisa ativa de fugas, bem como a sua rápida reparação, permitiu continuara a melhorar o desempenho do sistema de abastecimento de água, reduzindo assim o volume de água perdido ($749,7 \times 10^3 \text{ m}^3$) e o rendimento do sistema (22,5%). Em 2023 foram continuadas as medidas operacionais relacionadas com a pesquisa ativa de fugas, promoção de ações de fiscalização e colocação de contadores de vidro em locais com indício de violação. Apesar do investimento realizado desde 2021 em articulação com o município na renovação da rede de abastecimento de água, a infraestrutura municipal em exploração pela Águas de Alenquer permanece uma infraestrutura envelhecida de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), carecendo de investimentos significativos de reabilitação e renovação não previstos no Contrato de Concessão. Às características físicas do sistema, acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2023 foram novamente particularmente gravosos na Freguesia de Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gataria / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013. Apesar deste enquadramento, a Águas de Alenquer e o Município em 2023 deram continuidade à renovação de redes nas diferentes obras de reabilitação urbana, numa parceria frutuosa que se perspetiva de continuidade.

No ano de 2023 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 2 140 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, tendo-se verificado 2 violações aos valores paramétricos no sistema de Casais Brancos e Fiandal, com origem nas captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer. Estes incumprimentos tiveram origem na alteração das características da água bruta captada devido ao cenário de seca vivenciado em Portugal Continental.

Derivado dos incumprimentos verificados em 2022 na captação municipal de Casais da Pedreira, a Águas de Alenquer não recebeu em 2023 o Selo de Qualidade Água para Consumo Humano atribuído pela ERSAR.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2023 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $2,01 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo / Águas do Tejo-Atlântico de $2,22 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às afluências indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico, com destaque para os episódios de precipitação extrema ocorridos em janeiro e ao longo do quarto trimestre de 2023. A situação de seca condicionou positivamente as infiltrações derivadas dos níveis freáticos e das infiltrações após os períodos de precipitação prolongada.

Para minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes envolvendo também a Águas do Tejo-Atlântico.

A faturação da Águas do Tejo-Atlântico, foi realizada com base nos caudais associados aos rendimentos garantidos previstos para o Município de Alenquer no EVEF do sistema multimunicipal para o período de convergência tarifária, recentemente alargado por despacho governamental. De salientar ainda, que em 2022 o Município de Alenquer aderiu ao Programa AgIR promovido pela Águas do Tejo-Atlântico com o patrocínio do Fundo Ambiental. Este programa, celebrado entre o Município e a Águas do Tejo-Atlântico, permitiu uma melhor caracterização do tecido industrial existente no Concelho de Alenquer.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 14 estações elevatórias de águas residuais. A exploração da EEAR da Trombeta e EEAR Pinto Barreiros, a pedido do Município de Alenquer, iniciou-se em novembro de 2017 e setembro 2018, respetivamente.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 367 intervenções de reparação de condutas, 241 reparações de ramais domiciliários e 299 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi, mantendo a tendência de agravamento do número de avarias face aos anos anteriores. No ano 2023 foram ainda renovados integralmente 53 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas, com a permanência de equipas internas e externas a percorrer recorrentemente toda a rede de abastecimento de água. Todos os trabalhos foram realizados maioritariamente com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores (1484 contadores substituídos em 2023), que garante uma idade média do parque de contadores sujeitos a faturação de 5 anos. A campanha de substituição de contadores iniciada em 2015, fortemente ampliada pelos problemas de calcário existentes, traduz-se na segunda renovação integral do parque de contadores. Em 2023 destaca-se ainda a renovação significativa de condutas e ramais, grande parte em articulação com o município e com a EPAL no âmbito das obras de desativação do Aqueduto do Alviela.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 289 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano 78 desobstruções na rede de coletores e 7 desobstruções em ramais domiciliários. De salientar ainda as medidas de redução de aflúncias indevidas, com destaque para a realização de inspeções vídeo e a reabilitação dos troços críticos, melhorando, em paralelo, o cadastro associado a estas infraestruturas.

Foi efetuado o despejo de 209 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 1 254 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2023 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 58 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando a continuidade da atividade de construção no Município. Foram efetuados 68 orçamentos para ramais de água, tendo sido executados 48 ramais, e efetuados 19 orçamentos para ramais de saneamento, com a execução de 10 ramais de saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador, bem como a não autorização por parte do Município de novos pedidos de ligação em terrenos (contadores de regas).

A limpeza, desinfeção e higienização de todos os reservatórios em exploração decorreu conforme planeada. Foram criadas 3 novas zonas de controlo de caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais 12 pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo, continuam em operação as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) FlowWise: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas; iii) AquaControl: Ferramenta de gestão do PSA; e iv) GoContact: plataforma de atendimento de clientes.

Quanto a matérias ambientais, é de referir 54 descargas de águas residuais por avaria, todas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 8,5x10³ kg de CO₂, compensando assim cerca de 99% das necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém) através das 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos: Iniciativa PENSA (Programa para a Sustentabilidade dos Serviços de Água e Gestão Eficiente de Ativos) promovido pela AGS em parceria com o LNEC e o Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), com a orientação da Aquapor.

Em 2023, a Águas de Alenquer tornou a proporcionar a um aluno de engenharia um programa *summer internship* e a integrar um aluno finalista dos cursos técnico-profissionais da Escola Secundária Damião de Goes em Alenquer.

5.2.5 Regulação

Em março de 2023 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2022, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2023, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82ª e 83ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2023 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Assessor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2023.

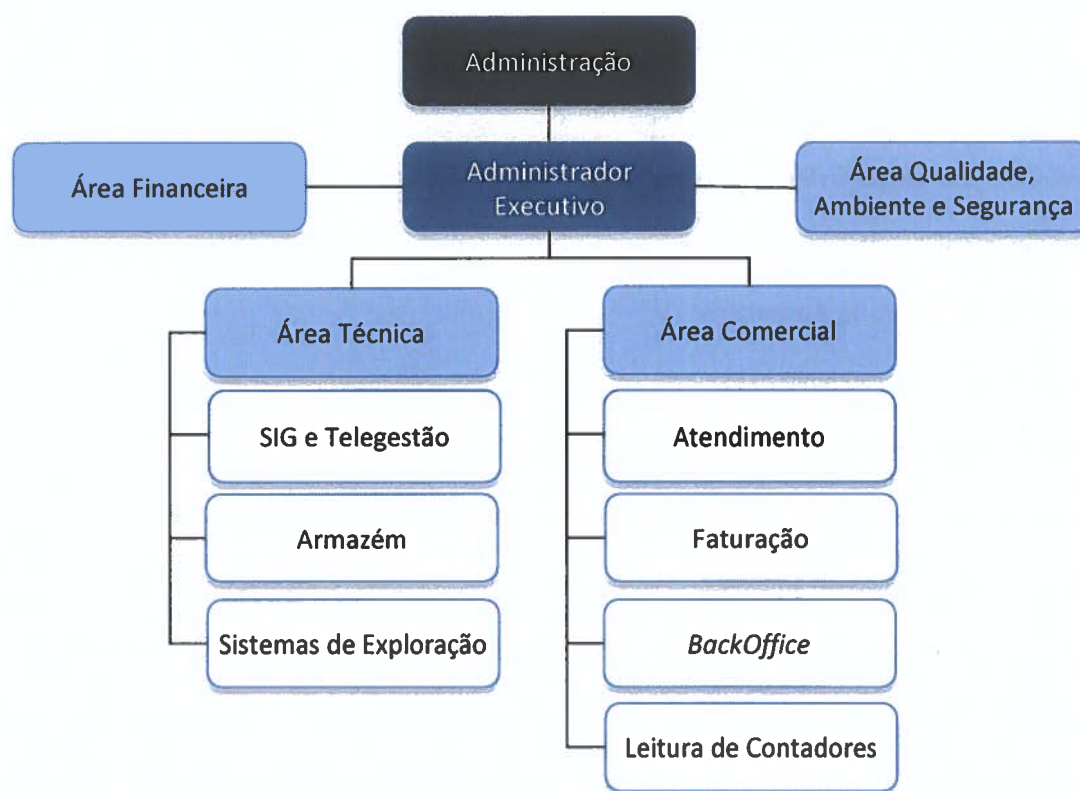
Em 2023 manteve-se em vigor o tarifário aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 2 de agosto de 2021, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-004506/2021 de 01/07/2021. Em outubro de 2023 foi apresentada ao município a proposta de atualização tarifária (atualização contratual) para o ano de 2024, conforme previsto no Contrato de Concessão. O tarifário é apresentado no quadro seguinte, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2024, tendo merecido a sua aprovação em “alta” e em “baixa”. O Plano aprovado para o ano de 2023 foi cumprido na íntegra, com 2 violações de valores paramétricos (incumprimentos) num total de 2137 determinações. Derivado dos incumprimentos verificados em 2022, em 2023 a Águas de Alenquer não obteve o selo de qualidade “Água para consumo Humano” atribuído pela ERSAR.

5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



5.3.2 Formação

Formação 2023	N.º de Horas
15 minutos Segurança	26
Curso Europeu de Primeiros Socorros	12
Gráficos, infográficos e dashboards com MS Excel	36
ProÁguas - Gestão de águas residuais industriais	52
ERSAR Webinar - Novo regime legal da qualidade de água para consumo humano (DL 69/2023, de 21 de agosto)	12
CAM - Certificado de aptidão de motorista	49
QAS (Arrumação e limpeza no posto de trabalho)	4
G-Interaqua: Nova plataforma Acesso Aquamatrix	3
ANACOM - Formação do Sistema de Informação de Infraestruturas Aptas (SIIA)	13
Formação inicial “on-job” – Canalizador	120
Novo Funcionamento do Aquamatrix	28
Portugal Smart Cities Summit 2023	4
Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho	48
Ação de sensibilização utilização da unidade de eletrossoldadura de tubos em PEAD	26
Licenciatura em ciências do ambiente	160
PENSA - Programa para a sustentabilidade dos serviços de águas e gestão eficiente de ativos	46
Curso de amostragem ambiental	36
	675

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 20 horas de formação por colaborador. Toda a formação realizada em horário laboral.

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 34 colaboradores, dos quais 2 em regime de requisição à CMA.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 11 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 73,5% e mulheres 26,5%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 82% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2021	2022	2023
20 - 24	0	0	1
25 - 29	1	1	0
30 - 34	3	3	3
35 - 39	10	8	7
40 - 44	7	9	11
45 - 49	5	5	3
50 - 54	4	4	5
mais de 55	3	3	4
	33	33	34

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2021	2022	2023
Ensino Superior	5	5	5
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	18	19	20
10.º Ano	2	1	1
Ensino Básico	7	7	7
	33	33	34

Descrição	2023		2022		2021	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	34	57 504	33	54 944	33	54 944
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	34	57 504	33	54 944	33	54 944
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa					0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	34	0	33	0	33	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	34	0	33	0	33	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	34	0	33	0	33	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	33	56 738	33	54 944	33	54 944
Homens	25	42 465	24	40 120	24	40 120
Mulheres	9	15 039	9	14 824	9	14 824
Pessoal ao serviço da empresa das quais	0	0	0	0	0	1 544
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	0	0	0	0	0	0
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2023 registaram-se 2 acidentes de trabalho e 1 acidente *In Itinere* (trajeto casa-trabalho), com um total de 48 dias úteis e 79 dias úteis, respetivamente, de ausência ao trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

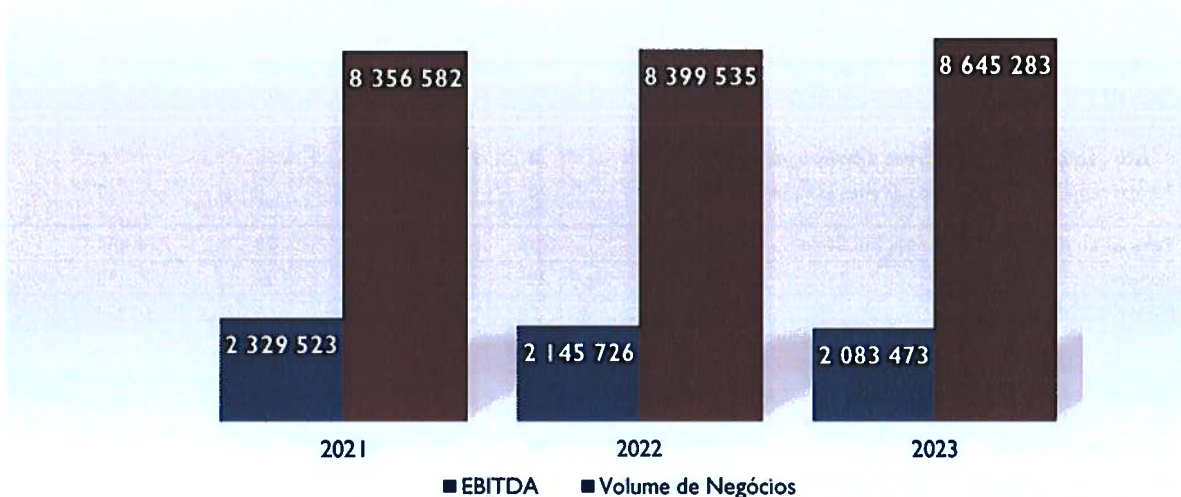
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2023, o Volume de Negócios registou uma variação positiva de 245.748 Euros (+2,9%). O EBITDA teve uma variação negativa de 62.253 Euros (-2,9%) para o qual contribuiu fortemente o aumento dos gastos com tratamento de efluentes, mais 114.108 Euros (+9%) e os gastos com a aquisição de água, mais 71.079 (+4%) face a 2022.

Varição EBITDA / Volume de Negócios



	2021	2022	2023	Var. 22/23
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	20 699 279	19 455 316	18 341 224	-5,7%
Capitais Próprios	11 806 422	12 671 762	13 436 724	6,0%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	-
Passivo Remunerado	0	0	0	-
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>57,04%</i>	<i>65,13%</i>	<i>73,26%</i>	<i>12,5%</i>
Rendimentos Operacionais	9 236 850	9 807 858	9 531 928	-2,8%
EBITDA	2 329 523	2 145 726	2 083 473	-2,9%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>25,22%</i>	<i>21,88%</i>	<i>21,86%</i>	<i>-0,1%</i>
EBIT	1 360 679	1 111 444	987 619	-11,1%
<i>Margem EBIT</i>	<i>14,73%</i>	<i>11,33%</i>	<i>10,36%</i>	<i>-8,6%</i>
Resultado Financeiro	-10 277	5 202	5 637	8,4%
Resultado Líquido	1 042 955	866 098	765 719	-11,59%

(1) - $D/(D+E)$

(2) - D/E

(3) - $\text{Capitais Próprios} / \text{Ativo Líquido Total}$

(4) - $\text{EBITDA} / \text{Rendimentos Operacionais}$

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

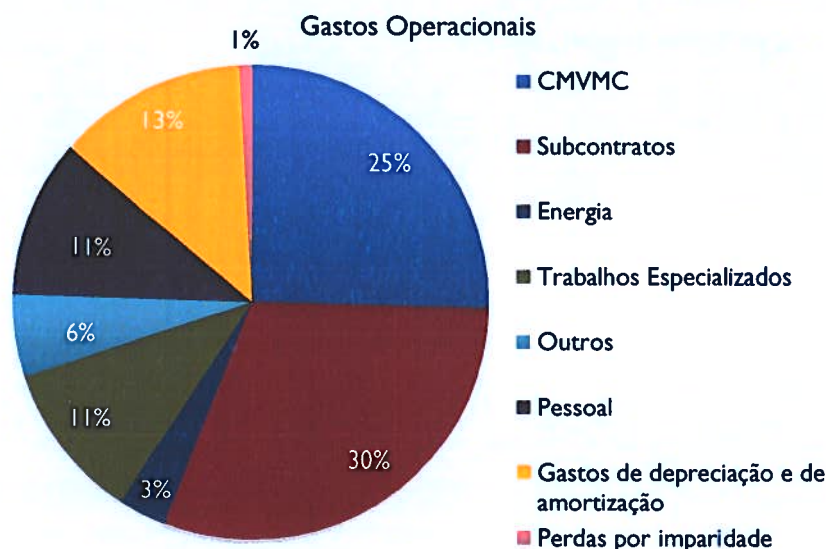
Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 7.373.927 Euros, representando um decréscimo de 2,9%% face ao período homólogo, para este decréscimo contribuí fortemente a variação na rubrica de gastos com Subcontratos relacionados com o investimento na renovação e substituição de redes, - 484.879 Euros face a 2022, no entanto, este último é compensado pela rubrica de Trabalhos para Própria Empresa. De salientar ainda a variação da rubrica CMVMC em mais 71 k€ por via da atualização tarifária em alta e do aumento da compra de água e dos gastos com o tratamento de efluentes em mais 114 k€ por via da atualização dos Rendimentos Tarifários Garantidos da Águas do Tejo Atlântico.

No global, verificou-se uma diminuição de Gastos Operacionais no valor de 152.592 Euros, um decréscimo de 1,8% face ao ano anterior.

Gastos Operacionais	2021 euros	2022 euros	2023 euros	Peso %	Var. 22/23 %
CMVMC	2 052 813	2 117 775	2 173 083	25,4%	2,6%
Subcontratos	2 458 781	2 972 921	2 606 419	30,5%	-12,3%
Energia	203 037	299 536	275 078	3,2%	-8,2%
Trabalhos Especializados	913 188	931 441	917 854	10,7%	-1,5%
Outros	428 618	459 885	481 744	5,6%	4,8%
Pessoal	775 251	813 656	919 750	10,8%	13,0%
Subtotal	6 831 689	7 595 214	7 373 927	86,3%	-2,9%
Gastos de depreciação e de amortização	968 844	1 034 282	1 095 854	12,8%	6,0%
Perdas por imparidade	75 638	67 406	74 529	0,9%	10,6%
Total	7 876 171	8 696 901	8 544 309	100,0%	-1,8%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas do Vale do Tejo / Águas do Tejo Atlântico, que representam 46,4% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



5.5.2 Análise do Balanço

	2021	2022	2023	Var. 22/23
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>%</i>
Ativo				
Ativo não corrente	13 651 330	12 899 025	12 103 693	-6%
Ativo corrente	7 047 949	6 556 292	6 237 531	-5%
Inventários	103 910	105 601	63 611	-40%
Divida de Terceiros	4 799 749	4 903 762	5 014 769	2%
Diferimentos	11 263	8 781	10 192	16%
Caixa e depósitos bancários	2 133 027	1 538 148	1 148 961	-25%
Total	20 699 279	19 455 316	18 341 224	-6%
Capital Próprio	11 806 422	12 671 762	13 436 724	6%
Passivo	8 892 856	6 783 554	4 904 500	-28%
Passivo não corrente	2 839 654	2 103 630	1 745 010	-17%
Passivo corrente	6 053 203	4 679 924	3 159 491	-32%
Total	20 699 279	19 455 316	18 341 224	-6%

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2023 os 18.341.224 Euros. O Passivo total registou um decréscimo de 28% atingindo os 4.904.500 Euros, o Passivo Não Corrente registou um decréscimo de 17%, efeito da redução da provisão de investimentos de substituição, por via dos investimentos realizados. O Passivo Corrente registou uma diminuição de 32%, efeito da redução da dívida a fornecedores (-1.684.494 Euros face ao ano anterior). Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 6% atingindo 13.436.724 Euros efeito do resultado líquido do exercício, que em 2023 que ascendeu a 765.719 Euros.

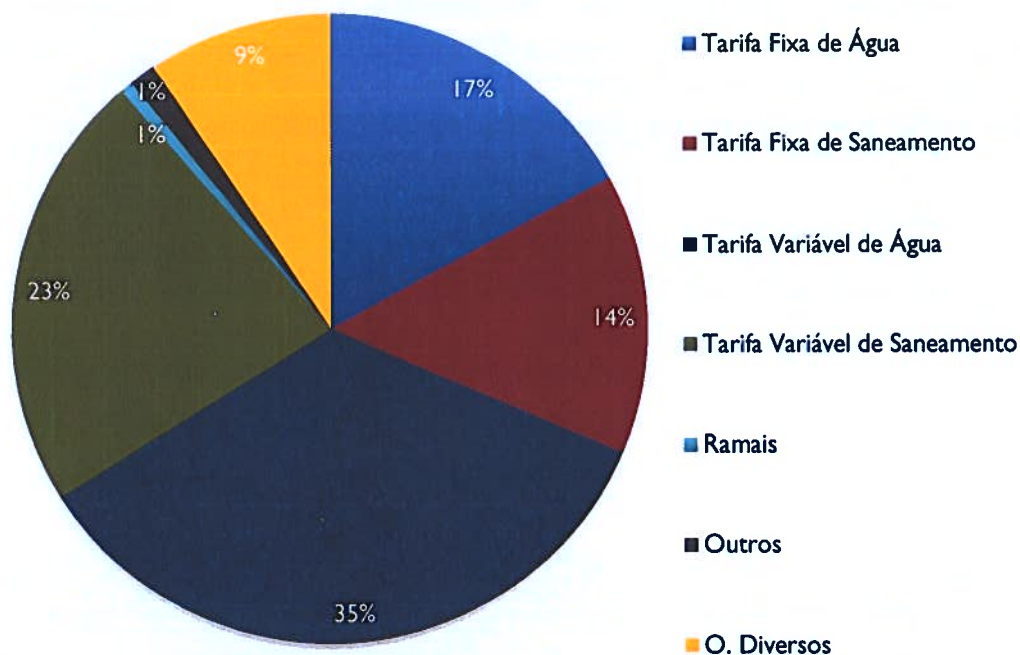
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2023, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 9.531.928 Euros, representando um decréscimo de 275.929 Euros (-2,8%) em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2023 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 245.748 Euros (2,9%), face a 2022.

Rendimentos Operacionais	2021	2022	2023	Peso	Var. 22/23
	Euros	Euros	Euros	%	%
Tarifa Fixa	2 985 861	2 987 327	3 000 957	31,5%	0,5%
Tarifa Fixa de Água	1 619 034	1 621 007	1 630 654	17,1%	0,6%
Tarifa Fixa de Saneamento	1 366 827	1 366 320	1 370 302	14,4%	0,3%
Tarifa Volumétrica	5 227 326	5 207 350	5 451 850	57,2%	4,7%
Tarifa Variável de Água	3 237 355	3 164 043	3 297 884	34,6%	4,2%
Tarifa Variável de Saneamento	1 989 971	2 043 307	2 153 966	22,6%	5,4%
Outros serviços	143 395	204 859	192 477	2,0%	-6,0%
Ramais	48 265	66 855	63 565	0,7%	-4,9%
Outros	95 129	138 004	128 911	1,4%	-6,6%
O. Diversos	880 267	1 408 323	886 645	9,3%	-37,0%
Total	9 236 850	9 807 858	9 531 928	100,0%	-2,8%

Rendimentos Operacionais



5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2021	2022	2023	Var. 22/23
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	470 765	452 268	456 236	1%
Ativos Intangíveis	12 979 456	12 238 543	11 434 487	-7%
Ativos por impostos diferidos	198 359	204 728	212 969	4%
	2021	2022	2023	Var. 22/23
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Prestações Acessórias	3 948 558	3 948 558	3 948 558	0%
Suprimentos	0	0	0	0%
Financiamento Bancário CP	0	0	0	0%
Financiamento Bancário MLP	0	0	0	0%
Total	5 448 558	5 448 558	5 448 558	0%
Caixa e depósitos bancários	2 133 027	1 538 148	1 148 961	-25%
Divida Líquida	3 315 531	3 910 410	4 299 597	10%

Financeiro	2021	2022	2023	Var. 22/23
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1 500 000	1 500 000	1 500 000	0%
Ativo Líquido	20 699 279	19 455 316	18 341 224	-6%
Ativos por impostos diferidos	198 359	204 728	212 969	4%
Volume de Negócios (€)	8 356 582	8 399 535	8 645 283	3%
Volume de Negócios / Cliente (€)	364	363	368	1%
Resultado Antes de Impostos (€)	1 350 402	1 116 646	993 256	-11%
Resultado Líquido do Exercício (€)	1 042 955	866 098	765 719	-12%
EBITDA (€)	2 329 523	2 145 726	2 083 473	-3%

Rácios		2021	2022	2023
Rácios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,088	0,068	0,057
	Rentabilidade das Vendas	0,125	0,103	0,089
	Rentabilidade do Ativo	0,066	0,057	0,054
Rácios de endividamento	Rácios de endividamento	0,000	0,000	0,000
Rácios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,570	0,651	0,733
	Solvabilidade	1,328	1,868	2,740
	Estrutura de Capitais	0,753	0,535	0,365
Rácios de Liquidez	Liquidez geral	1,164	1,401	1,974
	Liquidez reduzida	1,145	1,376	1,951
	Liquidez imediata	0,352	0,329	0,364

5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2023 a Águas de Alenquer investiu 731.262 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de 3 novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 12 ZMC/VRP com integração no software WaterWise;
- Substituição de 6 equipamentos de telecontrolo já instalados na rede de abastecimento de água;
- Remoções diversas e em vários locais na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de condutas, ramais e melhoria do seccionamento de rede, com destaque para as freguesias/localidades de Alenquer, Carregado, Atalaia e Abrigada;
- Remoção e beneficiação de estações elevatórias de água, incluindo substituição de equipamento, com destaque para a remoção de equipamento nas EEAA de Á-dos-Carneiros, Gataria, Fonte Pipa e Cabanas do Chão;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 1484 contadores;
- Renovação do sistema de telegestão em vários locais;
- Remoções diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a reabilitação e renovação de rede de drenagem de águas residuais domésticas em diversos locais, com destaque para as localidades de Alenquer e Carregado;
- Aquisição de equipamento operacional diverso (água e águas residuais).

De destacar ainda a realização de Inspeção Vídeo CCTV e avaliação funcional de coletores em vários locais.





6. Perspetivas para o Futuro

6. Perspetivas para o Futuro

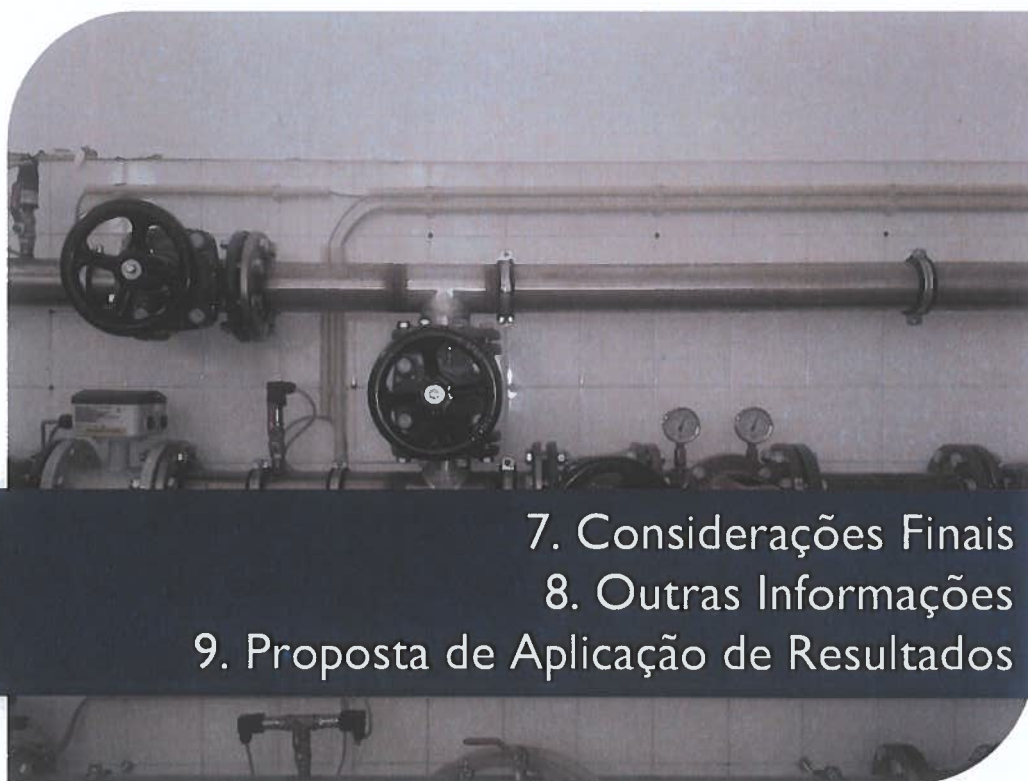
A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução tarifárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Variabilidade no preço e escassez dos principais materiais incorporados na atividade corrente da empresa;
- A dificuldade de renovação dos quadros;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura socioeconómica criada pela situação de instabilidade existente na economia mundial, nacional e local;
- Procura de origens alternativas pelos grandes clientes e clientes residenciais;
- Evolução das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água após a alteração da origem de água;
- Efeito das aflúncias indevidas no sistema de drenagem de águas residuais e as consequências das conclusões do Programa AgIR implementado pelo Município de Alenquer e a Águas do Tejo-Atlântico;
- Entrada em vigor do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez e a sazonalidade dos recursos hídricos;
- Impacto social e financeiro da situação global por via do impacto da situação de guerra na Ucrânia e no Médio Oriente.





7. Considerações Finais
8. Outras Informações
9. Proposta de Aplicação de Resultados



7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas num ano particularmente exigente;
- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente e na promoção da melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Estamos atentos à evolução dos acontecimentos, ocorridos após fevereiro de 2021, que envolvem a invasão à Ucrânia por parte da Rússia, e na instabilidade criada no Médio-Oriente após os atentados de outubro de 2023 em Israel. Esta situação originou uma incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Para além dos impactos conhecidos, não estimamos efeitos significativos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações, no entanto iremos manter o acompanhamento do desenvolvimento desta situação.
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2023;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2023, positivo no valor de 765.719 Euros, seja transferido na totalidade para a conta de Resultados Transitados.

Adriano Gonçalves da Silva
Administrador

Marcos Santos

[Signature]



10. Contas do Exercício de 2023 e respetivo Anexo

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022 e Respetivo Anexo

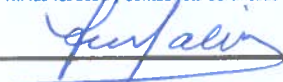
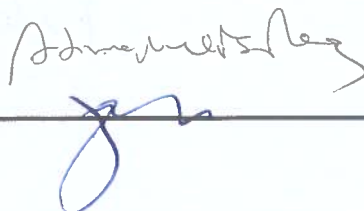
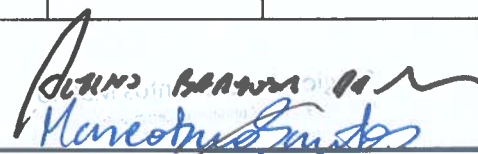
10.1 Balanço

Entidade: AdA-Águas de Alenquer, S.A.
Balanço em 31 de Dezembro de 2023

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	456 236	452 268
Ativos intangíveis	7	11 430 646	12 238 543
Outros Investimentos Financeiros	15	3 841	3 486
Ativos por impostos diferidos	14	212 969	204 728
Total de Ativos não Correntes		12 103 693	12 899 025
Corrente			
Inventários	9	63 611	105 601
Clientes	15	3 294 259	2 925 192
Estado e outros entes públicos	17.1	109 402	409 991
Outros créditos a receber	15	1 611 108	1 568 580
Diferimentos	17.2	10 192	8 781
Caixa e depósitos bancários	4	1 148 961	1 538 148
Total de Ativos Correntes		6 237 531	6 556 292
Total do Ativo		18 341 224	19 455 316
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	3	1 500 000	1 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3 948 558	3 948 558
Reservas legais	3	378 685	378 685
Resultados transitados	3	6 836 342	5 970 244
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	7 420	8 178
Resultado líquido do período		765 719	866 098
Capital próprio atribuível ao grupo		13 436 724	12 671 762
Total do Capital próprio		13 436 724	12 671 762
PASSIVO			
Não corrente			
Provisões	12	1 298 805	1 707 299
Outras dívidas a pagar	15	134 026	151 526
Passivo por Impostos diferidos	14	312 178	244 805
Total do Passivo não Corrente		1 745 010	2 103 630
Corrente			
Fornecedores	15	2 008 821	3 693 314
Estado e outros entes públicos	17.1	136 634	19 478
Outras dívidas a pagar	15	1 014 036	967 132
Total do Passivo Corrente		3 159 491	4 679 924
Total do Passivo		4 904 500	6 783 554
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		18 341 224	19 455 316

Sérgio Manuel Santos Malino
NIF:194191057 Contabilista Certificado nº 25368

18 de março de 2024

10.2 Demonstração dos Resultados


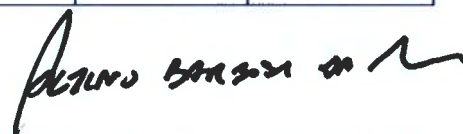
Entidade: AdA-Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Euro

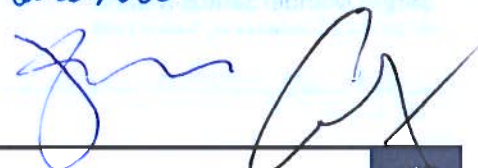
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	8 645 283,38	8 399 535,10
Subsídios à Exploração	17.12	0,00	1 008,00
Trabalhos para a própria entidade	10	208 849,59	232 673,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-2 173 082,53	-2 117 775,40
Fornecimentos e serviços externos	17.3	-4 266 070,02	-4 649 350,54
Gastos com o pessoal	17.9	-919 749,63	-813 655,93
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15	-62 401,36	-46 834,74
Provisões (aumentos/reversões)	12	445 121,03	923 401,59
Outros rendimentos	17.4	220 547,22	231 156,23
Outros gastos	17.5	-15 024,56	-14 432,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 083 473,12	2 145 726,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.6	-1 095 854,03	-1 034 281,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		987 619,09	1 111 444,19
Juros e rendimentos similares obtidos	11/17.8	10 600,11	9 209,10
Juros e gastos similares suportados	17.7	-4 963,12	-4 007,04
Resultado antes de impostos		993 256,08	1 116 646,25
Imposto sobre o rendimento do período	14	-227 537,24	-250 548,58
Resultado líquido do período		765 718,84	866 097,67
Resultado por Ação Básico		2,55	2,89

Sérgio Manuel Santos Malino
NIF:194191052 | Contabilista Certificado nº 25368



Manoel Santos



18 de março de 2024

60

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA-Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 557 413	10 628 730
Pagamentos a fornecedores		-8 915 488	-9 237 136
Pagamentos ao pessoal		-484 964	-427 143
Caixa gerada pelas operações		1 156 961	964 451
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		89 979	-214 132
Outros recebimentos/pagamentos		-1 541 958	-1 262 393
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-295 018	-512 074
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-94 170	-82 805
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-94 170	-82 805
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-389 187	-594 879
Efeito das diferenças de câmbio			
		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 538 148	2 133 027
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 148 961	1 538 148

Sérgio Manuel Santos Malino
NIF:194191052 / Contabilista Certificado nº 25368



10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA-Águas de Alenquer, S.A.

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2023

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período		Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1 500 000		3 948 558	378 685		8 178	5 970 244	866 098	12 671 762	12 671 762
APLICAÇÃO DE RESULTADOS										
Constituição da Reserva legal								0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados							866 098	-866 098	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-757	-757	-757
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	1 500 000	0	3 948 558	378 685	0	7 421	6 836 342	765 719	13 436 723	13 436 723

Sérgio Manuel Santos Malino
NIF:194191052 | Contabilista Certificado nº 25368

Adriano Veloso

Arturo Pessoa da Silva
Manuel Santos

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2022

DESCRÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio		
	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados		Resultado Líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1 500 000		3 948 558	326 537		8 936	4 979 437	1 042 955	11 806 422	11 806 422
APLICAÇÃO DE RESULTADOS										
Constituição da Reserva legal										
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados				52 148		0	990 807	-1 042 955	0	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				52 148		0	990 807	-1 042 955	0	0
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	1 500 000	0	3 948 558	378 685	0	8 179	5 970 244	866 098	12 671 762	12 671 762

Sérgio Manuel Santos Malino
NIF: 194.19.1052 | Contabilista Certificado nº 25368

Sérgio Manuel Santos Malino

*Amo 2022 no
Plano Contabilístico*

18 de março de 2024

Período findo em 31 de dezembro de 2023

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2023.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondado para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

I. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

1.2 Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.3 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito, a atividade “em alta” é atualmente garantida pela Águas do Vale do Tejo no fornecimento de água “em alta” e na recolha e tratamento dos efluentes gerados pela Águas do Tejo-Atlântico, através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a extinta Águas do Oeste e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.4 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2023, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Eco Impact S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- Water Value - Serviços Ambientais, S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente A IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2023
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2023	2022	2021
Água	7,34%	6,54%	6,08%
Saneamento	8,06%	7,16%	6,48%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até de 2014 a 2016 são reportáveis durante um período de doze anos, entre 2017 e 2019 por um período de cinco anos, e a partir de 2020 por um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, ficando suspensa a contagem do prazo de reporte durante os períodos de 2020 e 2021, traduzindo se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes. A partir de 2023 deixou de estar previsto um período temporal para reporte de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução, sendo que este limite é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020, 2021. A partir de 2023, o limite anual da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas do Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outros Créditos a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios

j1) Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente subscrito à data das demonstrações financeiras.

j2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Outras Dívidas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

o) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

r) **Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

s) **Juros e Gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

t) **Provisões**

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rúbrica inclui uma provisão para investimento de substituição, uma provisão para gastos com tratamento de efluentes e uma provisão para indemnização de funcionários no final da concessão.

u) **Outros Rendimentos e Ganhos**

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Tejo-Atlântico (sucedânea da extinta Águas do Oeste).

v) **Outros Gastos e Perdas**

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 **Outras políticas contabilísticas relevantes**

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	813	1.015
Depósitos à ordem	<u>1.148.148</u>	<u>1.537.133</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>1.148.961</u>	<u>1.538.148</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>1.148.961</u>	<u>1.538.148</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2023, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Quinta da Fonte – Ed. Q54 D. José – Piso 2, Paço de Arcos, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Eco Impact S.A. (20,0%)
Sede em Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações da pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
	AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Luságua – Serv. Ambientais, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Eco Impact, S.A..		Limpeza Rede Saneamento Gestão de Resíduos Controlo Custos de Obra
Construções Pragosa, S.A..		Venda bens de investimento

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços		Aquisição serviços		Out. créditos a receber	Outras dívidas a pagar
		Intragrupo		Intragrupo			
AGS	2023	-	551.910	-	-	-	577.120
	2022	-	460.542	-	-	-	1.236.827
Aquapor	2023	-	237.219	-	-	-	406.873
	2022	-	237.426	-	-	-	1.197.657
Luságua	2023	-	50.018	-	-	-	23.754
	2022	-	46.077	-	-	-	2.707
Eco Impact	2023	-	170.325	-	-	-	107.753
	2022	-	187.522	-	66	-	305.892
Construções Pragosa	2023	-	-	-	2.974	-	-
	2022	-	66	-	2.974	-	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão reverterem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.21	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2022	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2023
Custo											
Direito da Concessão	23.221.142	172.522				23.393.664	161.097				23.554.761
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	23.366.345	172.522	0	0	0	23.538.867	161.097	0	0	0	23.699.964
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	10.241.423	913.435				11.154.858	968.994				12.123.852
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.766					143.766					143.766
	10.386.889	913.435	0	0	0	11.300.324	968.994	0	0	0	12.269.318
	12.979.456	-740.914	0	0	0	12.238.543	-807.897	0	0	0	11.430.646

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31.12.2021	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2022	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2023
Custo											
Edifícios e Outras Construções	140.659					140.659	5.785				146.444
Equipamento Básico	1.094.000	89.426				1.183.426	88.481				1.271.908
Equipamento Transporte	267.726	3.978				271.704	4.177				275.881
Equipamento Administrativo	222.817	843				223.660	23.713				247.373
Outros Ativos Fixos Tangíveis	356.913	8.103				365.016	8.672				373.688
	2.082.115	102.350	0	0	0	2.184.465	130.829	0	0	0	2.315.294
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	130.512	1.351				131.864	1.496				133.360
Equipamento Básico	849.519	67.802				917.321	73.873				991.771
Equipamento Transporte	111.539	34.765				146.304	34.916				181.220
Equipamento Administrativo	211.007	6.142				217.149	5.748				222.896
Outros Ativos Fixos Tangíveis	308.774	10.786				319.559	10.827				329.811
	1.611.351	120.847	0	0	0	1.732.197	126.860	0	0	0	1.859.058
	470.764	-18.496	0	0	0	452.268	3.968	0	0	0	456.236

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2023	2022
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	19.355	42.810
Material Hidráulico Diverso	44.256	62.791
	63.611	105.601

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2022	0	-103.910	-103.910
Compras	-1.976.433	-143.034	-2.119.466
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2022	0	105.601	105.601
	-1.976.433	-141.343	-2.117.775
Existências em 01-01-2023	0	-105.601	105.601
Compras	-2.051.273	-79.819	-2.131.092
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2023	0	63.611	63.611
	-2.051.273	-121.810	-2.173.083

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando do débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Trabalhos para própria entidade	2023	2022
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	161.097	172.521
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	47.753	60.153
	208.850	232.674

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2023	2022
Venda de Água	3.297.884	3.164.043
Prestação de Serviços – Água	1.748.650	1.745.135
Prestação de Serviços – Saneamento	3.535.184	3.423.503
Prestação de Serviços – Ramais	63.565	66.855
	8.645.283	8.399.535

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferе juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2023	2022
Juros de mora	10.600	9.209

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 Euros, de acordo com o plano de investimentos. Anualmente tem vindo a considerar-se uma reversão desta provisão, de acordo com a entrada em funcionamento dos bens, distribuída do seguinte modo:

2012	74.927
2013	60.699
2014	47.412
2015	111.397
2016	184.791
2017	146.442
2018	101.840
2019	125.792
2020	317.504
2021	447.315
2022	923.402
2023	445.121

A 31/12/2023 esta provisão o saldo desta provisão é de 352.225 Euros.

Em 2018 foi constituída uma provisão para gastos com tratamento de efluentes, no montante de 201.924 Euros. Esta provisão foi reforçada nos montantes a seguir discriminados:

2019	94.045
2020	105.687
2021	133.935

A 31/12/2023 esta provisão o saldo desta provisão é de 535.591 Euros.

Em 2019 foi constituída uma provisão para indemnização de funcionários no final do contrato da concessão, no montante de 86.889 Euros, Esta provisão foi reforçada nos seguintes montantes:

2020	238.477
2021	20.689
2022	28.306
2023	36.628

A 31/12/2023 esta provisão o saldo desta provisão é de 410.989 Euros.

	Provisões
Saldo em 01.01.2022	2.602.394
Utilizações	-923.402
Constituição	28.306
Saldo em 31.12.2022	<u>1.707.299</u>
Utilizações	-445.121
Constituição	<u>36.628</u>
Saldo em 31.12.2023	<u><u>1.298.805</u></u>

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 18 de março de 2024.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

O Conselho de Administração continua a acompanhar a situação que envolve a invasão à Ucrânia por parte da Rússia, no entanto, não esperamos efeitos significativos quer nas operações da Empresa, quer no cumprimento das suas obrigações.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2023	2023
Imposto Corrente		
IRC do ano	168.405	80.346
	168.405	80.346
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	59.132	170.202
	59.132	170.202
	227.537	250.549

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes de impostos	993.256	1.116.646		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	223.483	251.245	22,5%	22,5%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas	445.121	923.402		
Reversão Perdas por imparidade Tributadas	0	2.777		
Outros	14.408	19.300		
	459.529	945.478		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas, juros compensatórios	1.475	416		
Provisões e perdas por imparidade	181.824	138.640		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	7.512	28.306		
	190.812	167.362		
Lucro tributável	724.539	338.530		
Prejuízo Fiscal	0	0		
Prejuízo Fiscal N-I	0	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	152.153	71.091	0	0
Tributação autónoma	5.384	4.177	0	0
Derrama	10.868	5.078	0	0
Imposto sobre o rendimento	168.405	80.346	0	0

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2023	2022	2023	2022
Impostos Diferidos Ativos				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	0	0	0	0
Provisão gastos com Tratamento Efluentes	120.497	120.497	0	0
Provisão gastos com Indemnizações ao Pessoal	92.472	84.231	8.241	6.369
	<u>212.969</u>	<u>204.728</u>	<u>8.241</u>	<u>6.369</u>
			<u>8.241</u>	<u>6.369</u>
Impostos Diferidos Passivos				
Diferenças Temporais				
Reversão Investimento Substituição Futuro	312.178	244.805	-67.373	-176.571
	<u>312.178</u>	<u>244.805</u>	<u>-67.373</u>	<u>-176.571</u>
			<u>-67.373</u>	<u>176.571</u>

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2023	2022
Clientes	3.294.259	2.925.192
Outros Créditos a receber	1.611.108	1.568.580
Caixa e depósitos bancários	1.148.961	1.538.148

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2023	2022
Cientes gerais	3.486.832	3.139.882
Trabalhos efetuados não faturados	400.475	350.046
Perdas imparidade acumuladas	-593.049	-564.736
	<u>3.294.259</u>	<u>2.925.192</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2022	-563.132
Reforço do ano	-67.406
Utilizações	47.284
Reversões	18.517
Saldo em 31.12.2022	<u>-564.736</u>
Reforço do ano	-74.529
Utilizações	35.958
Reversões	10.258
Saldo em 31.12.2023	<u>-593.049</u>

Os Outros Créditos a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2023	2022
Outros Créditos a receber		
Gastos com calcário	1.080.898	1.037.825
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	146.660	147.204
	<u>1.611.108</u>	<u>1.568.580</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2023	2022
Passivos Não Correntes		
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	134.026	151.526
Passivos Correntes		
Fornecedores	2.008.821	3.693.314
Outras dívidas a pagar	1.014.036	967.132
Fornecedores de investimento	29.381	2.388
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	385.577	377.600
C.M.A._RSU	504.554	517.347
Diversos	77.024	52.298

No presente ano não existe qualquer financiamento junto de instituições financeiras.

Na rubrica Credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000. euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Na rubrica diversos, estão incluídos 53.046 euros de taxa de gestão de resíduos.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são as constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

<u>Ganhos e perdas de financiamento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ganhos		
Juros de mora	10.600	9.209
	<u>10.600</u>	<u>9.209</u>
Perdas		
Juros de mora	-1	-133
Outros	-4.962	-3.874
	<u>-4.963</u>	<u>-4.007</u>
	<u>5.637</u>	<u>5.202</u>

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo nº 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2023	2022
Honorários pela Revisão Legal Contas	8.800	8.800

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2023	2022
Saldos a receber		
Imposto sobre o Rendimento	0	157.500
Imposto sobre Valor Acrescentado	109.402	218.701
Taxa recursos Hídricos	0	33.790
	<u>109.402</u>	<u>409.991</u>
Saldos a pagar		
Imposto sobre o Rendimento	-100.884	0
Retenção Imposto sobre Rendimento	-8.598	-5.923
Segurança Social	-14.541	-12.765
Tributos Autarquias Locais	-1.239	-790
Taxa recursos Hídricos	-11.373	0
	<u>-136.634</u>	<u>-19.478</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos	2023	2022
Rendas	3.574	3.449
Seguros	6.618	5.332
	10.192	8.781

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2023	2022
Subcontratos	-2.606.419	-2.972.921
Manutenção Rede Água	-37.540	-49.914
Manutenção Rede Saneamento	-1.823	-8.663
Tratamento Efluentes	-1.369.444	-1.258.159
Outros	-1.197.611	-1.656.185
Serviços Especializados	-1.082.390	-1.097.721
Trabalhos Especializados	-917.854	-931.441
Publicidade e Propaganda	-1.605	-1.760
Vigilância e Segurança	-1.707	-1.308
Honorários	-97.782	-97.515
Conservação e Reparação	-23.502	-22.606
Serviços Bancários	-27.557	-27.838
Outros Serviços	-12.382	-15.252
Materiais	-17.788	-14.720
Energia e Fluidos	-336.889	-355.923
Deslocações Estadas e Transporte	-22.287	-8.607
Serviços Diversos	-200.298	-199.460
Rendas e Alugueres	-109.951	-100.111
Comunicação	-30.953	-33.749
Seguros	-45.791	-45.341
Contencioso e Notariado	-484	-105
Despesas de Representação	-185	-821
Limpeza Higiene e Conforto	-12.933	-19.333
	-4.266.070	-4.649.351

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2023	2022
Rendimentos Suplementares	176.717	185.882
Fornecimento de Energia	419	940
Diversos	176.298	184.943
Outros	43.831	45.274
Débito de Gastos com Calcário	43.073	44.516
Diversos	757	757
	220.547	231.156

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano tem sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2023	2022
Impostos	-5.802	-1.228
Outros	-9.223	-13.204
Quotizações	-752	-500
Multas e Penalidades	-1.745	-282
Indemnizações	-6.996	-12.422
	-15.025	-14.432

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2023	2022
Ativos Tangíveis	-126.860	-120.847
Ativos Intangíveis	-968.994	-913.435
	-1.095.854	-1.034.282

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<u>Juros e Gastos similares suportados</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros de Suprimento	0	0
Juros de mora	-1	-133
Outros Juros	-4.963	-4.007
	<u>-4.963</u>	<u>-4.007</u>

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<u>Juros e Gastos similares obtidos</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros de mora	10.600	9.209
	<u>10.600</u>	<u>9.209</u>

17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

<u>Gastos com o Pessoal</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações do Pessoal	-687.394	-608.558
Encargos sobre Remunerações	-142.714	-126.501
Seguros	-37.422	-32.574
Outros	-52.220	-46.023
	<u>-919.750</u>	<u>-813.656</u>

Na rubrica outros estão incluídos 36.628 referente a indemnizações a atribuir ao pessoal, no final da concessão.

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:


- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.

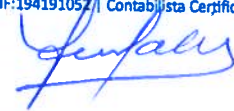
17.12 Subsídios à Exploração

Subsídios à Exploração	2023	2022
Subsídios à Exploração	0	1.008

Plano Balcão de
Atividade
Manoel Santos



Sérgio Manuel Santos Malino
NIF:194191057 | Contabilista Certificado nº 25368





II. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com duas reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de AdA - Águas de Alenquer, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2023 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2023 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2023, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardadas as reservas incluídas na Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 28 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: PAULO JORGE LUÍS DA SILVA
Num. de Identificação: 09457598
Data: 2024.03.28 16:02:02+00'00

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)
Registado na CMVM com o nº 20160944



12. Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ADA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 18.341.224 euros e um total de capital próprio de 13.436.724 euros, incluindo um resultado líquido de 765.719 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ADA - Águas de Alenquer, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade tem registado no seu Ativo intangível o montante de 1.740 milhares de Euros (2022: 1.885 milhares de Euros) e em Provisões o montante de 352 milhares de Euros (2022: 772 milhares de Euros), relativo ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Estes montantes não foram corretamente apurados no seu reconhecimento inicial, nomeadamente por não ter sido apurado o custo amortizado dos referidos montantes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o ativo intangível encontra-se sobreavaliado em 254 milhares de Euros (2022: 276 milhares de Euros) e o passivo relativo à Provisão de Investimento de substituição futuro encontra-se subavaliado em 25 milhares de Euros (2022: 25 milhares de Euros), e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em 195 milhares de Euros (2022: 85 milhares de Euros) e o resultado líquido sobreavaliado em 16 milhares de Euros (2022: subavaliado em 110 milhares de Euros), respetivamente, considerando o respetivo efeito fiscal.
2. Em 31 de dezembro de 2023, o ativo fixo tangível inclui o montante de 306 milhares de Euros (2022: 260 milhares de Euros) referente ao investimento em contadores que se encontram afetos à atividade e cujos investimentos não foram sujeitos à correspondente atualização financeira. Adicionalmente, estes ativos têm vindo a ser amortizados linearmente considerando uma vida útil estimada de 8 anos (nota 3.1). Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das “unidades de produção”, utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o ativo fixo tangível encontra-se sobreavaliado em 192 milhares de Euros (2022: 167 milhares de Euros), o resultado transitado sobreavaliado em 129 milhares de Euros (2022: 155 milhares de Euros) e o resultado líquido sobreavaliado em 19 milhares de Euros (2022: subavaliado em 25 milhares de Euros), considerando o efeito fiscal. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: PAULO JORGE LUÍS DA SILVA
Num. de identificação: 09457598
Data: 2024.03.28 16:01:41+00'00'

Paulo Jorge Luís da Silva (ROC n.º 1334)
Registado na CMVM com o n.º 20160944



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral n°24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt